



CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 0~~000~~¹⁰²/2022.

Os signatários, que contratam nas qualidades indicadas neste contrato, tem entre si, ajustada a presente locação, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Das Partes

I- LOCADOR:

JOSÉ FERREIRA GONÇALVES, Brasileiro, inscrito no CPF nº 610.853.671-34 residente e domiciliado no Q 3 MR 7 17, Complemento Mr 7, Setor Norte Planaltina/GO.

II – LOCATÁRIA:

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO/MG, com endereço na Avenida Montes Claros nº 243, Centro, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito sob o CNPJ nº: 22.679.153/0001-40 denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo senhor **CLAUDINEI DOS SANTOS RICARDO** Secretário Municipal de Educação, Solteiro, Portador do CPF 015.682.006-41, residente e domiciliado na Rua Manoel Ribeiro de Souza, nº 1.727, Vila Vicentina, São Francisco/MG nos termos do decreto nº 021 de 07 de março de 2022.

Cláusula Segunda – Do Procedimento

2.1- O presente Contrato obedece ao termo de Referência da **Dispensa de Licitação nº 034/2022**, o laudo de vistoria técnica, o termo de referência e o parecer jurídico.

Cláusula Terceira – Do Objeto

3.1- O Contrato tem por objeto a Locação de imóvel para funcionamento de turma vinculada do CEMEI Nossa Senhora Aparecida na comunidade Angical, destinado a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, o imóvel está situado na Rua Angical, nº 1594 na Zona Rural de São Francisco/MG.

Cláusula Quarta – Do valor e da Possibilidade de Reajustamento de Preço

4.1 – O aluguel Convencionado é de **R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) mensais**, o que representa um valor de R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais).

4.2 – Os preços ajustados neste expediente, não poderão ser reajustados, salvo por motivos de alteração na legislação econômica do país que autorize a correção nos contratos com a administração pública. Fica condicionado, entretanto a justificativa previa em planilhas de cálculo detalhado e ao aditamento do respectivo contrato.

Cláusula Quinta – Da Dotação Orçamentária

José Ferreira Gonçalves



III – realizar a imediata reparação dos danos verificados no imóvel, provocados por seus agentes;

IV – cientificar o Locador da cobrança de tributos e encargos bem como de qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública, ainda que dirigida a ele, Locatário;

V – a permitir a vistoria ou visita do imóvel nas hipóteses previstas na Lei nº 8.245 de 18.10.91;

VI – a restituir o imóvel, finda a locação, no estado em que o recebeu, salvo as deteriorações decorrentes do seu uso normal.

VII – a pagar os impostos, as taxas, complementares ou outros impostos que venham a incidir sobre o imóvel.

Cláusula Décima Primeira – Da alteração contratual

11.1– Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, vedada a alteração do objeto, assim como quaisquer modificações na destinação ou utilização do imóvel.

11.2– A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

Cláusula Décima Segunda – Da Dissolução

12.1- O Contrato poderá ser dissolvido de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato.

Cláusula Décima Terceira – Da Rescisão

13.1- O Contrato poderá ser rescindido:

I – Por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo;

II – na ocorrência de uma das hipóteses elencadas na Lei nº 8.245 de 18.10.91.

Cláusula Décima Quarta – Dos débitos para com a Fazenda Pública

14.1- Os débitos do Locador para com o Município, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

Cláusula Décima Quinta – Da Publicação e do Registro

15.1- A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

Cláusula Décima Sexta – Do Foro

16.1- Fica eleito o foro da Comarca de São Francisco, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

José Ferreira Gonçalves



5.1 – As despesas decorrentes da locação do presente imóvel correrão a expensas da seguinte dotação orçamentaria:

- 02.04.01-12.361.6004.6611-339036 (4517)

Cláusula Sexta – Do Pagamento

6.1- O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil, devendo ser efetuado até o dia 30 do mês subsequente da utilização do imóvel.

Cláusula Sétima – Do Prazo de Vigência

7.1- O Contrato terá vigência a contar da data de sua assinatura até o prazo de **31 de Dezembro de 2022**, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo.

Cláusula Oitava – Da Destinação e Utilização

8.1- O imóvel somente poderá ser utilizado pelo Município de São Francisco, para a finalidade especificada no objeto ou outros fins de serviços públicos municipais, vedada sua utilização para quaisquer outros fins, bem como sua transferência, sublocação, empréstimo ou cessão, a qualquer título, no todo ou em parte.

Cláusula Nona – Das Obrigações do Locador

9.1 – O Locador fica obrigado:

I – a entregar ao Município o imóvel em estado de servir ao uso a que se destina, bem como a garantir-lhe, durante a vigência deste Contrato, seu uso pacífico;

9.2 – No caso de venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão de direitos ou dação em pagamento, o Município de São Francisco tem preferência para adquirir o imóvel, em igualdade de condições com terceiros, devendo o Locador dar-lhe conhecimento do negócio mediante notificação judicial ou extrajudicial.

9.3 I – Assegurar o pelo e irrestrito uso do imóvel pelo locatário;

II – desocupar todas as áreas e dependências do imóvel;

III – arcar com as despesas relacionadas com:

- a) Obras ou serviços exigidos pela segurança da construção ou pela correção de falhas/defeitos existentes;
- b) Desgastes ou deteriorações anteriores, total ou parcialmente, á presente locação.

Cláusula Décima – Das obrigações do Município

10.1 – O Município fica obrigado:

I – a pagar, pontualmente, o aluguel, bem como as despesas relativas a impostos e taxas, alvará de funcionamento, IPTU, despesas ordinárias de consumo de luz e água, multas por atraso de pagamento e outros que incidirem sobre o imóvel durante o período locado.

II – levar ao conhecimento do Locador o surgimento de qualquer dano ou defeito cuja reparação a ela incumba, bem como as eventuais turbações de terceiros;

José Ferreira Gonçalves



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO
MINAS GERAIS

Rua Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40



E, por estarem justas, as partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

São Francisco-MG, 13 de julho de 2022.

Claudinei dos Santos Ricardo
Sec. Municipal de Educação

CLAUDINEI DOS SANTOS RICARDO
Secretario Municipal de Educação
Locatária

José Ferreira Gonçalves

JOSÉ FERREIRA GONÇALVES
CPF nº 610.853.671-34
Locador

TESTEMUNHAS:

Kamila Alves Vieira Dias
Nome:
RG: MG. 10.815.334

Luiz Carlos Santos
Nome:
RG: MG. 12.890.226